



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados, Ao apresentar os resultados de 2022, a NC Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

2. NC ENERGIA

A NC Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia, sendo concebida para operar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e junto aos clientes livres, autoprodutores, cogeneradores de energia e demais agentes do setor. A NC Energia atua na venda e gestão de energia, oferecendo todo o suporte nas etapas de viabilidade e processo de migração para o mercado livre de energia. Promove leilões de compra ou venda de energia e oferece serviços como gestão integrada de energia, gerenciamento de riscos, representação de consumidores e geradores e viabilização de projetos energéticos. Também atua na comercialização de créditos de carbono e demais créditos de energia renovável.



3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2022, a NC comercializou 9,2 TWh de energia, alinhada à nova estratégia comercial da companhia, que a partir de 2019 direcionou seu foco para o atendimento a clientes finais, fomentando o crescimento sustentável da área de geração renovável do Grupo.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional, líquida	3	1.657.808	1.231.093
Custos dos serviços		(1.582.751)	(1.158.112)
Custos com energia elétrica	4	(1.582.751)	(1.158.112)
Lucro bruto		75.057	72.981
Perda de crédito esperadas	9	(4.933)	(505)
Despesas com vendas	5	(21.208)	(18.303)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(28.147)	(23.447)
Equivalência patrimonial	10	33.754	30.071
Lucro operacional		54.523	60.797
Resultado financeiro	6	7.093	(5.993)
Receitas financeiras		18.689	6.146
Despesas financeiras		(13.802)	(15.662)
Outros resultados financeiros, líquidos		2.206	3.523
Lucro antes dos tributos		61.616	54.804
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(385)	(3.553)
Corrente		(1.531)	(5.810)
Diferido		1.146	2.257
Lucro líquido do exercício		61.231	51.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	61.231	51.251
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	-	(10)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado		(10)
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	16.777	(10.710)
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	(5.704)	3.645
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	11.073	(7.065)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	11.073	(7.075)
Resultado abrangente do exercício	72.304	44.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	231.992	19.526	111.620	49.941	(14.973)	-	398.106
Resultado abrangente do exercício:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	61.231	61.231
Outros resultados abrangentes (nota 14.3)	-	-	-	-	11.073	-	11.073
Transações com sócios:							
Remuneração aos acionistas (nota 14.2)	-	-	(76.483)	-	-	-	(76.483)
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reservas de lucros (nota 14.4)	-	3.062	34.194	-	-	(37.256)	-
Remuneração aos acionistas (nota 14.2)	-	-	-	-	-	(23.975)	(23.975)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	231.992	22.588	69.330	49.941	(3.900)	-	369.951
Saldos em 31 de dezembro de 2020	231.992	16.963	76.484	49.941	(7.898)	-	367.482
Resultado abrangente do exercício:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	51.251	51.251
Outros resultados abrangentes (nota 14.3)	-	-	-	-	(7.075)	-	(7.075)
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reservas de lucros (nota 14.4)	-	2.563	35.136	-	-	(37.699)	-
Remuneração aos acionistas (nota 14.2)	-	-	-	-	-	(13.552)	(13.552)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	231.992	19.526	111.620	49.941	(14.973)	-	398.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NC Energia S.A. ("NC Energia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia, sendo concebida para operar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e junto aos clientes livres, autoprodutores, cogeneradores de energia e demais agentes do setor. A Companhia atua na venda e gestão de energia, oferecendo todo o suporte nas etapas de viabilidade e processo de migração para o mercado livre de energia. Promove leilões de compra ou venda de energia e oferece serviços como gestão integrada de energia, adequação de medição, gerenciamento de riscos, representação de consumidores e geradores e viabilização de projetos energéticos. A Companhia foi constituída em 16 de agosto de 2000, sendo autorizada a operar pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em novembro de 2000, tendo o início de suas operações no mercado a partir de junho de 2001. 1.1 **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria e o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.1.1 **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alcada competente conforme Política de Limites e Alcadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge. • O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desdobros sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remunerar carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros	2022	2021	Variação %
Receita Operacional Bruta	1.932.163	1.443.254	33,88
Receita Operacional Líquida	1.657.808	1.231.093	34,66
EBITDA	55.433	62.013	(10,61)
Resultado do Serviço - EBIT	54.523	60.797	(10,32)
Resultado Financeiro	7.093	(5.993)	(218,35)
Lucro Líquido	61.231	51.251	19,47
Margem EBITDA (%)	3,34%	5,04%	(33,62)
Margem Líquida (%)	3,69%	4,16%	(11,28)

(1) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais	dez/22	dez/21	Variação %
Ativo Total	750.810	672.115	11,71
Dívida Bruta	80.476	109.524	(26,52)
Dívida Líquida ⁽²⁾	(18.572)	(502)	3.599,60
Patrimônio Líquido	369.951	398.106	(7,07)

(1) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/22	dez/21	Variação (p.p.)
Dívida Líquida/EBITDA	(0,34)	(0,01)	(0,33)
EBITDA/Resultado Financeiro	7,82	10,35	(2,53)

4.1 Conciliação EBITDA para o texto abaixo:

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA	2022	2021	Varição (R\$)	Varição (%)
Lucro Líquido (A)	61.231	51.251	9.980	19,47
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido (B)	(385)	(3.553)	3.168	(89,16)
Amortização e Depreciação (C)	(910)	(1.216)	306	(25,52)
Receitas Financeiras (D)	18.689	6.146	12.543	204,08
Despesas Financeiras (E)	(13.802)	(15.662)	1.860	(11,88)
Outros Resultados Financeiros Líquidos (F)	2.206	3.523	(1.317)	(37,38)
EBITDA = (A)-(B)+(C)+(D)+(E)+(F)	55.433	62.013	27.857	(10,61)

(1) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

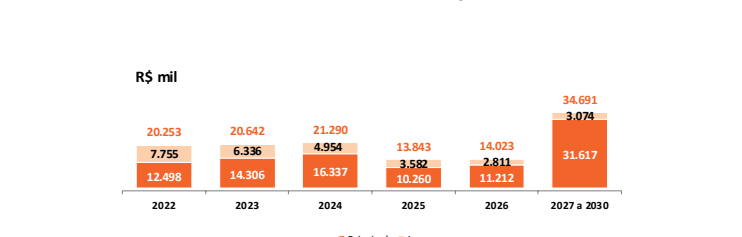
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	61.231	51.251
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	910	1.216
Equivalência patrimonial	(33.754)	(30.071)
Tributos sobre o lucro	385	3.553
Resultado financeiro, líquido	(7.093)	5.993
Outros	(1.593)	2.075
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(49.302)	35.883
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	113.337	(18.445)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	537	1.746
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	(10.819)	(1.962)
Provisões, Líquidas dos depósitos judiciais	-	(201)
Outros ativos e passivos, líquidos	1.647	5.025
Caixa líquidos proveniente das operações	75.486	56.063
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebido	11.768	11.534
Encargos de dívidas pagos	(8.185)	(7.900)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	511	1.363
Rendimento de aplicação financeira	17.547	3.710
Pagamento de juros – Arrendamentos	(76)	(54)
Tributos sobre o lucro pagos	(3.542)	(8.316)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	93.509	56.400
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(3.630)	(1.170)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(1.804)	(1.525)
Resgate de títulos e valores mobiliários	1.737	1.517
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(3.697)	(1.178)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	258	126
Pagamento dos custos de captação	-	(61)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(12.976)	(11.486)
Depósitos em garantias	(101)	(119)
Pagamento de principal – Arrendamentos	(469)	(474)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	893	1.117
Remuneração paga aos acionistas	(88.655)	-
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(101.050)	(10.897)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(11.238)	44.325
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	108.571	64.246
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	97.333	108.571

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. ENDIVIDAMENTO

A Companhia possui endividamento contratado junto ao BNDES e via debêntures de infraestrutura, com amortização linear ao longo dos anos. Ademais, o gráfico a seguir apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2022. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.



6. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses. Em 2022, a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 68.064,00 referentes à auditoria das demonstrações financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela NC Energia S.A. ("NC Energia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de NC Energia e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de NC Energia. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de NC Energia sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	97.333	108.571
Contas a receber de clientes e outros	9	187.629	135.272
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	12.164	1.523
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	716	9.431
Outros tributos a recuperar	7.2.1	15.414	11.757
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	14.050	17.380
Outros ativos circulantes		1.170	1.346
Total do circulante		328.476	285.280
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	9	17.156	19.186
Títulos e valores mobiliários		1.715	1.455
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	6.079	7.743
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	15.652	1.405
Outros tributos a recuperar	7.2.1	8.204	7.717
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	39.848	44.406
Depósitos judiciais	13	10.927	10.121
Outros ativos não circulantes		-	94
Investimentos em participação societária	10	315.655	290.339
Direito de uso		264	452
Imobilizado		2.708	2.451
Intangível		4.126	1.466
Total do não circulante		422.334	386.835
Total do ativo		750.810	672.115
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	11	214.593	101.256
Empréstimos e financiamentos	12.2	14.408	13.080
Passivo de arrendamento		142	417
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	-	6.748
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		9.071	8.534
Outros tributos a recolher	7.2.2	9.659	6.842
Dividendos e juros sobre capital próprio	14.2	20.404	12.197
Outros passivos circulantes		187	207</

NC ENERGIA S.A.

CNPJ nº 04.023.261/0001-88 | Companhia Fechada

Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Pelo fato da controladora da Companhia, Neoenergia S.A., preparar Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas conforme permitido no item 4 do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2023. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas às estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5 (a) **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de comercialização de energia
7.1.4	Tributos sobre o lucro diferidos
9.2	Perdas de crédito esperadas
13	Provisão para processos judiciais

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2023

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. **2.6 Reapresentação:** Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia divulgou que a Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A., empresa na qual possui participação societária, era considerada uma coligada quando deveria ser uma controlada. Desta forma, a Companhia está reapresentando tal informação conforme nota explicativa 10. A reapresentação não gerou impactos contábeis em suas demonstrações financeiras, tendo em vista que esta foi enquadrada nas exceções de consolidação previstas no CPC 36/IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Fornecimento de energia	1.914.397	1.338.482
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE (¹)	5.956	100.412
Outras receitas (²)	11.810	4.360
Receita operacional bruta	1.932.163	1.443.254
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(274.355)	(212.161)
Receita operacional, líquida	1.657.808	1.231.093

(1) Variação refere-se a menor volume de energia liquidado na CCEE, considerando baixa do PLD do período; (2) Variação refere-se aos novos contratos de gestão de energia com as empresas do Grupo Neoenergia (usinas hidricas, eólicas e solares).

3.1 Deduções de receita bruta:

	2022	2021
Tributos		
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(107.311)	(96.091)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(166.717)	(115.857)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(327)	(213)
Total	(274.355)	(212.161)

3.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de operações venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). b) Estimativas e julgamento crítico: A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. A Companhia utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE: • Contratos de compra e venda vigentes à época; • Contratos de compra e venda definidos no curto prazo; • Apuração do saldo de energia dado pelas diferenças do volume de compras e vendas; • Valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE; • Segregação do volume financeiro de contratos faturados e não faturados no mês.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2022	2021
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(1.745.158)	(1.265.607)
Energia curto prazo - PLD (1)	(6.172)	(5.387)
Outros	(691)	(609)
Subtotal	(1.752.021)	(1.271.603)
Créditos de PIS e COFINS	169.270	113.491
Total dos custos com energia elétrica	(1.582.751)	(1.158.112)

PLD – Preço de Liquidação de Diferenças.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2022	2021
Despesas		
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas		
Total		
Pessoal e benefícios a empregados (nota 5.1)	(11.828)	(23.330)
Serviços de terceiros	(7.881)	(1.194)
Depreciação e amortização	(711)	(199)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.253)	(3.424)
Total	(21.208)	(28.147)

	2021	2021
Despesas		
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas		
Total		
Pessoal e benefícios a empregados (nota 5.1)	(11.828)	(18.477)
Serviços de terceiros	(5.456)	(1.569)
Depreciação e amortização	(522)	(694)
Provisão para processos judiciais	-	(195)
Outras receitas e despesas, líquidas	(497)	(2.512)
Total	(18.303)	(23.447)

5.1 Despesa com pessoal:

	2022	2021
Remunerações	(15.632)	(13.266)
Encargos sociais	(6.466)	(5.859)
Auxílio alimentação	(1.366)	(1.080)
Convênio assistencial e outros benefícios	(1.957)	(1.432)
Rescisões	(170)	(188)
Provisão para férias e 13º salário	(3.366)	(2.924)
Plano de saúde	(1.047)	(924)
Participação nos resultados	(4.685)	(3.700)
Outros	(4)	(932)
Total	(34.693)	(30.305)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras (¹)	17.547	3.710
(-) Tributos sobre receita financeira	(1.223)	(493)
Atualização de depósitos judiciais	806	587
Outras receitas financeiras (²)	1.559	2.342
Total	18.689	6.146

	2022	2021
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (³)	(9.236)	(11.218)
Fee de garantia (4)	(1.372)	(1.447)
Atualização de provisões para processos judiciais	(2.611)	(2.379)
Outras despesas financeiras	(583)	(618)
Total	(13.802)	(15.662)

	2022	2021
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(2.643)	(5.077)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	2.967	4.995
Ganhos variações monetárias, líquidas	(175)	(12)
Ganhos com variações monetárias (5)	2.057	3.617
Total	2.206	3.523

(1) Aumento deve-se a crescente alta da taxa CDI, índice de referência das alocações das aplicações financeiras; (2) Inclui multa a fornecedores, juros e encargos de clientes e receitas financeiras sobre rescisões contratuais; (3) Inclui a parcela variável dos juros relacionados a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional, tais como IPCA, Índice Geral de Precos de Mercado - IGP-M entre outros, e apropriação dos custos de captação; (4) Refere-se principalmente a amortização da cobrança de fee, pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança inclui sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia; (5) Inclui atualização, pela SELIC, do saldo de reconhecimento da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos

tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	61.616	54.804
Tributos sobre o lucro as alíquotas da legislação - 34%	(20.949)	(18.633)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	8.152	3.128
Incentivos fiscais	-	123
Resultado de participações societárias	11.476	10.224
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(698)	-
Outros adições (reversões) permanentes	1.634	1.600
Tributos sobre o lucro	(385)	(3.553)
Alíquota efetiva	1%	6%
Corrente	(1.531)	(5.810)
Diferido	1.146	2.257
7.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.		
2022	2021	
28.168	28.993	

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	2022	2021
Saldos em 31 de dezembro de 2021	44.406		
Efeitos reconhecidos no resultado	1.146		
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(5.704)		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	39.848		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	38.504		
Efeitos reconhecidos no resultado	2.257		
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	3.645		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	44.406		

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2023	2024	2026	2027	e 2032
Ativo fiscal diferido	913	78	3.642	5.974	29.241
Efeito líquido	913	78	3.642	5.974	29.241

7.1.3 Tributos correntes ativos e passivos

	2022	2021
IRPJ	11.533	6.977
CSLL	4.835	3.859
Ativo	16.368	10.836

Circulante 716 9.431
Não circulante 15.652 1.405

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía valores reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui o montante de R\$ 8.406 e R\$ 7.764, respectivamente, cujo prognóstico de perda foi considerado possível pelos assessores jurídicos da Companhia. As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como segue: (i) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedidos de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL da companhia, totalizando R\$ 8.406 (R\$ 7.764 em 31 de dezembro de 2021). **7.1.4 Ressarcimento a clientes – Tributos Federais:** Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de reperussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para (i) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15.03.2017 (data do julgamento do mérito do leading case), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (ii) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga. A Companhia possui um ativo no valor de R\$ 8.204 (R\$ 7.717 em 31 de dezembro de 2021), referente a processo ajuizado cuja decisão judicial ainda não transitaram em julgado. Entretanto, a Companhia, após análise criteriosa do processo, observou semelhanças frente às ações transitadas em julgado para os quais outras subsidiárias do grupo Neoenergia já obtiveram êxito, e estão alinhadas com as decisões de mérito e dos Embargos de Declaração no STF. Concomitantemente ao reconhecimento do ativo de PIS e de COFINS, a Companhia constituiu um passivo de R\$ 278 (R\$ 1.410 em 31 de dezembro de 2021), pois caso a NC tenha repassado custo para algum consumidor, este teria o direito de requerer devolução dos valores dispendidos nos últimos 05 anos a partir do trânsito julgado. Considerando que ainda não ocorreu, há o registro do passivo apenas a partir do ano calendário de 2018. Os valores do ativo e do passivo estão atualizados pela taxa SELIC. A Companhia vem adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com a regulamentação expedida pela RFB. **7.1.5 Política contábil e julgamentos críticos:** a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. O benefício fiscal decorrente de mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2 Outros tributos:** **7.2.1 Outros tributos a recuperar**

	2022	2021
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	2.145	2.581
Programa de Integração Social - PIS (¹)	3.832	3.053
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (²)	17.641	13.840
Outros tributos a recuperar	23.618	19.474

	2022	2021
Circulante	15.414	11.757
Não circulante	8.204	7.717

7.2.2 Outros tributos a recolher:

	2022	2021
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	3.372	4.197
Programa de integração social - PIS	241	22
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1.151	100
Impostos e contribuições retidos na fonte	3.875	1.468
Outros	1.020	1.055
Total outros tributos a recolher	9.659	6.842

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	328	281
Fundos de investimento	97.005	108.290
Total	97.333	108.571

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 100,31% (99,3% em 31 de dezembro de 2021) do CDI. As aplicações financeiras da companhia estão concentradas, substancialmente, nos fundos exclusivos BB Polo 28 Fundo de Investimento, Itaú Salvador Fundo de Investimento, Bradesco Recife Fundo de Investimento e Santander Natal Fundo de Investimento. Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31 de dezembro de 2022, 100% de sua carteira em ativos com risco do governo brasileiro e instituições bancárias de primeira linha, todos com liquidez diária. A rentabilidade média dos fundos no ano de 2022 foi de 99,40% do CDI (98,12% em 31 de dezembro de 2021) para o fundo BB Polo 28, 99,63% do CDI (99,73% em 31 de dezembro de 2021) para o fundo Bradesco Recife, 99,57% do CDI (99,43% em 31 de dezembro de 2021) para o fundo Santander Natal e 99,55% do CDI (98,45% em 31 de dezembro de 2021) para o fundo Itaú Salvador.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2022	2021
Fornecimento de energia	25.040 (6.628)	18.412 (6.273)
Fornecimento de energia não faturada	176.418	176.418
Comercialização de energia na CCEE (¹)	4.341	4.341
Serviços	5.614	5.614
Total	211.413	(6.628) 204.785

(¹) Variação decorrente da redução do saldo de inadimplência do mercado.

9.1 Fornecimento de energia: O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2022	2021
Saldos vencidos:		
entre 1 e 90 dias	13.805	(1.905)
entre 91 e 180 dias		

NC ENERGIA S.A.

CNPJ nº 04.023.261/0001-88 | Companhia Fechada
Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Derivativos não designados para contabilidade de hedge		
Contratados para proteção de dívidas	8.161	9.265
Contratados para proteção de outras operações	6.552	(11.832)
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de outras operações	-	(1)
	14.713	(2.567)

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2022			2021		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	9.264	(11.831)	(2.567)	11.838	958	12.796
Ganho (perda) reconhecido no resultado	328	1.579	1.907	(82)	(2.081)	(2.163)
Liquidação financeira entradas (saídas)	(1.431)	27	(1.404)	(2.491)	11	(2.480)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	-	16.777	16.777	-	(10.720)	(10.720)
Saldo final	8.161	6.552	14.713	9.265	(11.832)	(2.567)

Ganho (perda) reconhecido no resultado

Resultado financeiro, líquido	328	(4)	324	(82)	-	(82)
-------------------------------	-----	-----	-----	------	---	------

c) Política contábil: Política contábil: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge econômico*, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizável/intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. Estimativas e julgamentos críticos: O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 16.5 e 16.8, respectivamente.

13. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2022	2021
Provisões para processos judiciais	24.475	21.864
	24.475	21.864

13.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais:

a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões		Total
	cíveis	fiscais	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.626	8.238	21.864
Atualização monetárias	1.816	795	2.611
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.442	9.033	24.475
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.634	8.011	19.645
Adições e reversões, líquido	(148)	-	(148)
Atualização monetárias	2.140	227	2.367
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.626	8.238	21.864

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2022	2021
Processos cíveis	-	621
Processos trabalhistas	139	-
Processos fiscais (I)	227.034	209.624
	227.173	210.245

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) Processos fiscais: Ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, PIS/COFINS, CIDE, entre outros. A Companhia possui em total estimado de R\$ 227.034 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 209.732 em 31 de dezembro de 2021) em processos fiscais com expectativa de perda possível, que se referem, em sua maioria, ao auto de infração no valor de R\$ 209.421 cujo processo e o de número 4072470-0, autuado pela Receita Federal, para o recolhimento de ICMS supostamente devido no período em que esteve vigente liminar de substituição tributária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. (c) **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	2022	2021
Processos cíveis	10.866	10.066
Processos fiscais	61	55
	10.927	10.121

15.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2022				2021			
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Controladas e Coligadas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Controladas e Coligadas	Total
Ativo								
Contas a receber e outros (a) / (b)	34.651	-	2.303	36.954	9.324	-	985	10.309
Dívidas e juros sobre capital próprio a receber (c)	-	-	14.050	14.050	-	-	17.380	17.380
Outros ativos	-	465	-	465	721	-	-	721
	34.651	465	16.353	51.469	9.324	721	18.365	28.410
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar (a) / (b)	152.822	687	19.303	172.812	37.504	486	19.199	57.189
Dívidas e juros sobre capital próprio a pagar (d)	-	20.404	-	20.404	-	12.197	-	12.197
Outros passivos	-	-	-	-	-	215	-	215
	152.822	21.091	19.303	193.216	37.504	12.898	19.199	69.601

15.2 Transações com partes relacionadas:

	2022				2021			
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Coligadas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Coligadas	Total
Resultado do período								
Receita operacional líquida (a) / (b)	230.983	-	28.004	258.987	110.055	-	7.099	117.154
Custos dos serviços (a) / (b)	(926.903)	-	(224.336)	(1.151.239)	(372.398)	-	(226.266)	(598.664)
Despesas com vendas	(145)	-	-	(145)	(163)	-	-	(163)
Despesas gerais e administrativas	-	(851)	-	(851)	-	(915)	-	(915)
Resultado financeiro líquido	-	(1.372)	-	(1.372)	-	(1.447)	-	(1.447)
	(696.065)	(2.223)	(196.332)	(894.620)	(262.506)	(2.362)	(219.167)	(484.035)

15.3 Principais Transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 15.1 e 15.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual		Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	Arizona 1, Baguari 1, Caetité 1, Caetité 2, Caetité 3, Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4, Calango 5, Calango 6, Canoas, Canoas 2, Canoas 3, Canoas 4, Chafariz 1, Chafariz 2, Chafariz 3, Chafariz 4, Chafariz 5, Chafariz 6, Chafariz 7, Companhia Hidrelétrica Teles Pires, Geração Ceu Azul, Geração CIII, Itapebi, Lagoa 1, Lagoa 2, Lagoa 3, Lagoa 4, Luzia 2, Luzia 3, Mel 2, Oitís 1, Oitís 10, Oitís 2, Oitís 21, Oitís 22, Oitís 3, Oitís 4, Oitís 5, Oitís 6, Oitís 7, Oitís 8, Oitís 9, Santana 1, Santana 2, Termopernambuco, Ventos de Arapuá 1, Ventos de Arapuá 2, Ventos de Arapuá 3	Contrato de compra e venda de energia elétrica	IPCA	Entre 1 ano e 8 anos	Entre 2023 e 2030	(140,202)	(898,941)	
b)	Arizona 1, Baguari 1, Caetité 1, Caetité 2, Caetité 3, Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4, Calango 5, Calango 6, Canoas, Canoas 2, Canoas 3, Canoas 4, Chafariz 1, Chafariz 2, Chafariz 3, Chafariz 4, Chafariz 5, Chafariz 6, Chafariz 7, Companhia Hidrelétrica Teles Pires, Geração Ceu Azul, Geração CIII, Itapebi, Lagoa 1, Lagoa 2, Lagoa 3, Lagoa 4, Luzia 2, Luzia 3, Mel 2, Oitís 1, Oitís 10, Oitís 2, Oitís 21, Oitís 22, Oitís 3, Oitís 4, Oitís 5, Oitís 6, Oitís 7, Oitís 8, Oitís 9, Santana 1, Santana 2, Termopernambuco, Ventos de Arapuá 1, Ventos de Arapuá 2, Ventos de Arapuá 3	Serviços de gestão de energia						
c)	Potiguar Sul	Dívidas a receber	-	N/A	2023	14.050	6.688	
d)	Neoenergia S.A.	Dívidas a pagar	-	N/A	2023	(20.404)	-	

15.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2022		2021	
	CA	VJORA	CA	VJORA
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	328	-	97.005	281
Títulos e valores mobiliários	1.715	-	1.455	-
Contas a receber de clientes e outros	211.413	-	157.231	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	10.083	8.160	3
	213.456	10.083	105.165	158.967
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	214.593	-	101.256	-
Empréstimos e financiamentos	95.189	-	106.957	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.530	-	10.244
Passivo de arrendamento	306	-	768	-
Outros passivos financeiros	132	-	19	-
	310.220	3.530	209.000	10.244

CA – Custo amortizado
VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes
VJR – Valor justo por meio do resultado

16.2 Estimativa de valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.8, (análise de sensibilidade). **16.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de

d) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) Estimativas e julgamento críticos: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social: O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 231.992 (R\$ 231.992 em 31 de dezembro de 2021), representando ações ordinárias, todas pertencentes à Neoenergia S.A. **14.2 Remuneração aos acionistas:** a) **Remuneração aos acionistas:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	61.231	51.251
Reserva legal	(3.062)	(2.563)
Lucro líquido a distribuir	58.169	48.688
Remuneração		
Mínima obrigatória	14.542	13.552
Remuneração adicional	9.433	-
	23.975	13.552
Natureza da remuneração		
Dividendos	-	4.352
JCP	23.975	9.200
	23.975	13.552

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de juros sobre capital próprio e dividendos:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2022			
AGOE de 29 de abril de 2022	Dividendos mínimos	4.352	0,0187592676
AGOE de 29 de abril de 2022	Reserva especial de dividendos não distribuídos	76.483	0,3296794717
RD de 23 de novembro de 2022	JCP	23.975	0,1033440808
		104.810	
2021			
AGO de 30 de abril de 2021	Dividendos mínimos	25	0,0001077623
RCA de 15 de dezembro de 2021	JCP	9.200	0,0396565399
		9.225	

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2022	2021
Saldos iniciais	12.197	25
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	76.483	4.352
Juros sobre capital próprio declarados	23.975	9.200
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(3.596)	(1.380)
Dividendos pagos no exercício	(80.835)	-
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	(7.820)	-
Saldos finais	20.404	12.197

14.3 Outros resultados abrangentes: A Companhia tem por política contábil não impactar o lucro líquido do exercício com oscilações do valor justo de hedges de fluxo de caixa, portanto adotando a contabilidade de hedge. Isso implica em reconhecer tais impactos na rubrica "Outros Resultados Abrangentes" o efeito líquido dos impostos diferidos sobre tais itens. **14.4 Reservas de lucros:** **14.4.1 Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **14.4.2 Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.606/1976. **14.4.3 Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **14.5 Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são com os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia e coligada. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de serviços administrativos, (iii) Dividendos e JCP. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo:

(exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros a valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **16.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) Empréstimos e financiamentos: O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente. As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensuradas com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livres de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do *spread* de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida. (ii) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 ou no portal da Bloomberg. O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tendem a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis. **16.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco da taxa de câmbio e juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Os contratos de *swap* e a NDF foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*). Em 31 de dezembro de 2022 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

NC ENERGIA S.A.

CNPJ nº 04.023.261/0001-88 | Companhia Fechada

Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da NC Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da NC Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NC Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita na venda de energia:** Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia deriva principalmente do fornecimento de energia elétrica. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Diretoria da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido aos assuntos anteriormente mencionados, a consideração como um risco significativo de auditoria e a relevância dos valores envolvidos, consideramos o reconhecimento da receita na venda de energia como um principal assunto de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento de receita na venda de energia; (iii) testes, em base amostral, dos documentos comprobatórios sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; e (iv) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evi-

dências de auditoria suficientes e apropriadas. As deficiências mencionadas foram remediadas pela Companhia dentro do exercício. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento de receita na venda de energia, assim como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Informações Comparativas – Valores Correspondentes:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 29 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras e antes da reapresentação das informações comparativas em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 2.6 às demonstrações financeiras. Adicionalmente, essa reapresentação não foi auditada por nós nem por outro auditor independente. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e

mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 16/02/2023

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/16/NCENERGIA1567776416022023.pdf>
Hash:1676504622162598c7c904f3881015fcdc8af93f6